

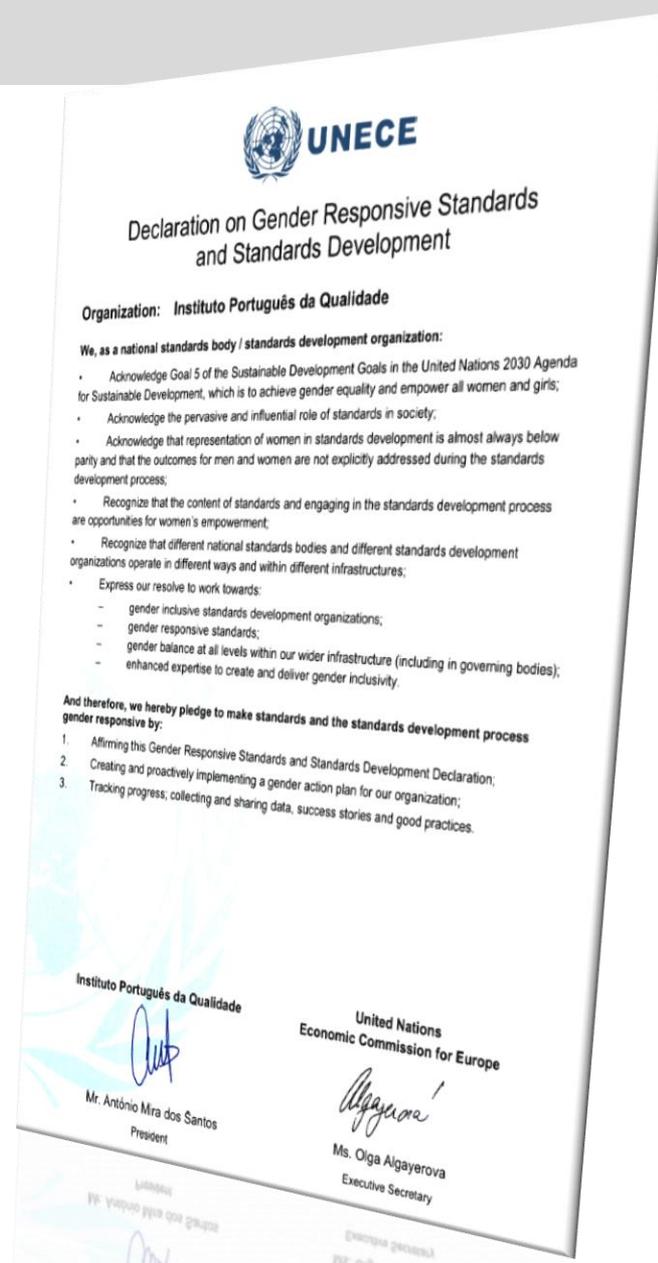


Seminário

O trabalho de Presidente e Secretário na atividade de normalização - Atribuições, boas práticas, testemunhos -

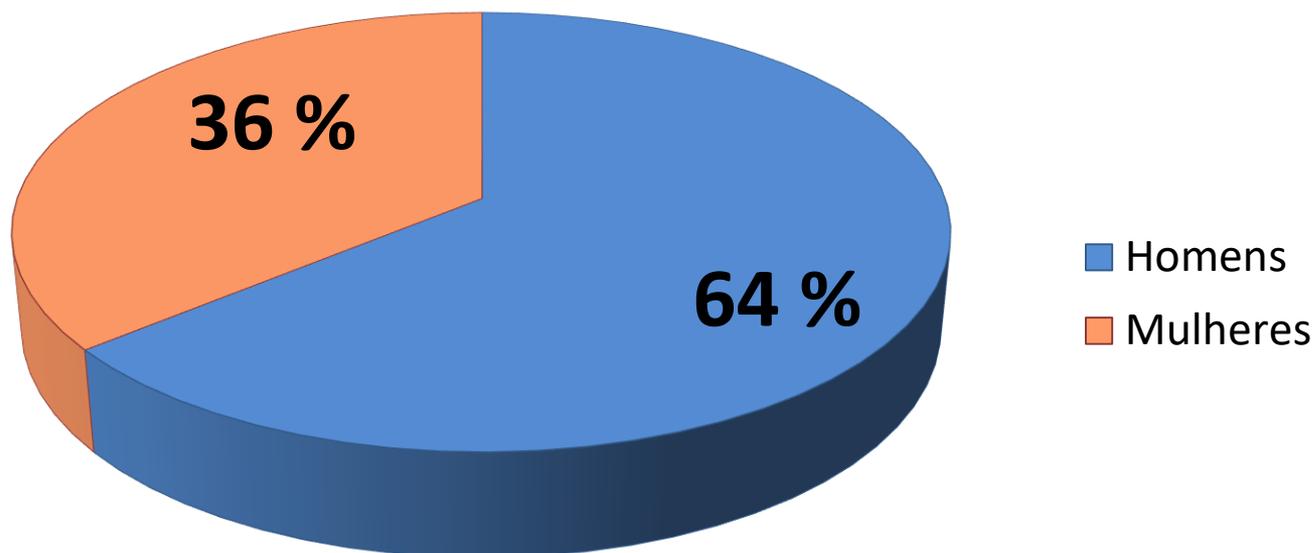


Nações Unidas



Percentagens Globais

3808 Peritos



Setores com baixa representação feminina

APIRAC	Refrigeração e Ar condicionado	2,80%
INEGI	Engenharia Mecânica e Industrial	3,70%
APVE	Veículo Elétrico	8,30%
APNCF	Normalização e Certif. Ferroviária	8,60%

Setores onde a representatividade feminina é mais significativa

IACA	86,7 %
APIC	77,8 %
APORMED	75,8 %
APT	75,0 %
CITEVE	74,2 %
BNP	72,2 %
CNE	69,6 %
ALIF	69,6 %
APEE	62,0 %
APG	60,6 %
ICNF	59,3 %
APA	58,8 %
CTCP	58,3 %
APCOR	56,5 %



Plano da sessão (manhã)

09:00

Receção dos participantes

09:30

ABERTURA

Tema 1 - Presidentes, Secretários, Coordenadores: os guardiões dos princípios da normalização

- Introdução do tema; Atribuições – IPQ
- Testemunho – Cláudia Rodrigues CT 164, CT 165, CT 179, ONS/APEE
- Partilha de boas práticas; Questões

11:00

Pausa para café

11:30

Tema 2 - A ciência de dinamizar as equipas e manter a motivação e o envolvimento ativo dos vogais

- Introdução do tema; Atribuições – IPQ
- Testemunho – Luís Botelho CT 152, ONS/APG
- Partilha de boas práticas; Questões

13:00

Almoço livre

Plano da sessão (tarde)

14:30

Tema 3 - A arte de gerir conflitos de interesse e alcançar a decisão por consenso

- Introdução do tema; Atribuições – IPQ
- Testemunho – Eduardo Morgado (CT 180, CT 211(ONS/APQ), CT 213)
- Partilha de boas práticas; Questões

15:30

Pausa para café

16:00

Tema 4 - Uma Norma um Projeto – Elaborar uma norma de acordo com as metodologias da gestão de projetos

- Introdução do tema; as atribuições – IPQ
- Testemunho – Angelina Leal (CT 175; ONS/APOGEP)
- Partilha de boas práticas; Questões

17:00

ENCERRAMENTO



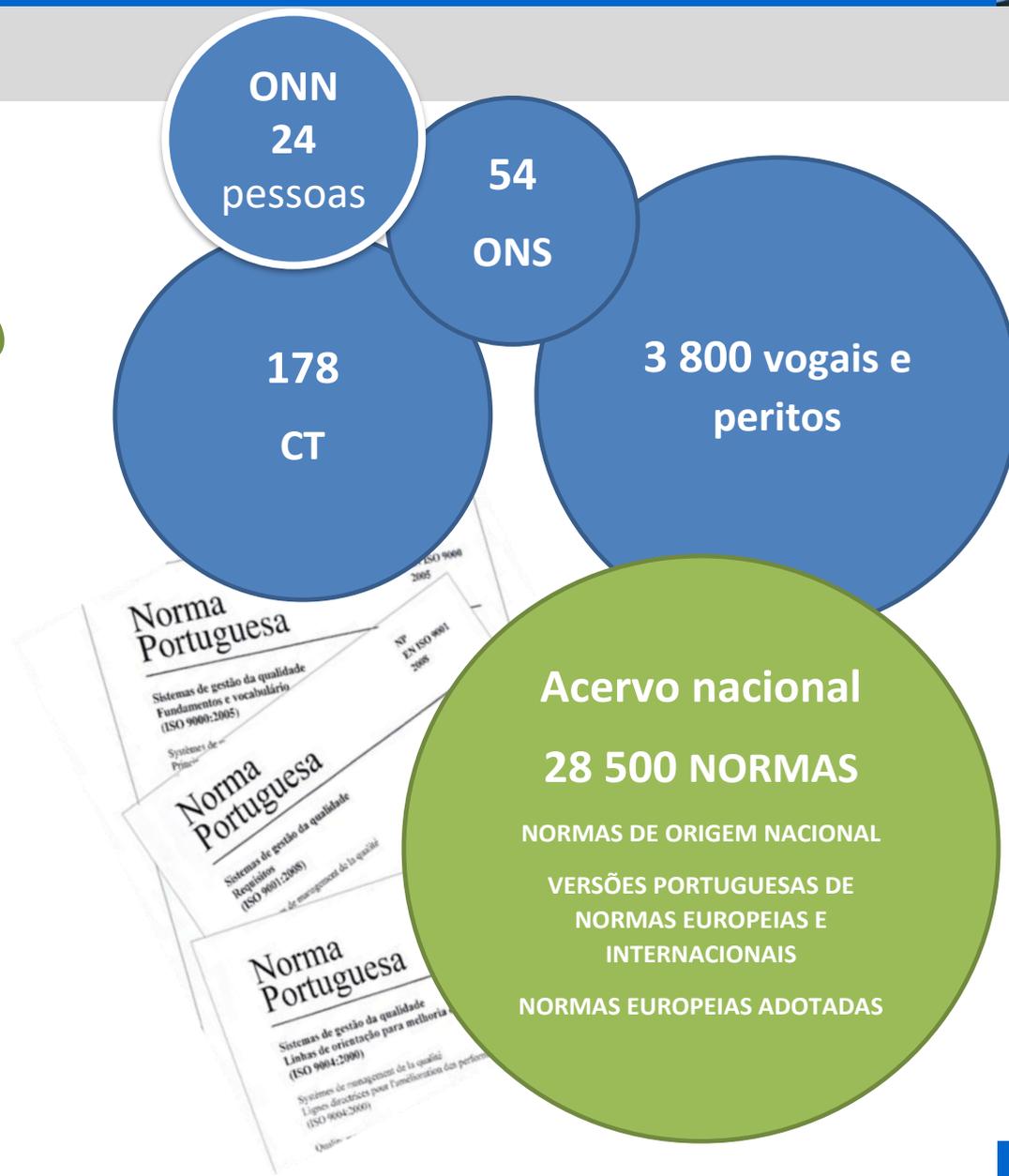
Equipa IPQ/ONN

Organismo Nacional de Normalização

Departamento de Normalização



**NORMALIZAÇÃO
EM NÚMEROS**
junho de 2019



28 533

Normas implementadas a nível nacional

É o número de Normas do Acervo Normativo Nacional

Dados de 30 de junho de 2019



2 349
origem nacional



3 003
Versões portuguesas
normas europeias



22 762
Normas europeias
adotadas



419
Versões portuguesas
de normas internacionais



Sistema Português da Qualidade

Infraestrutura Nacional da Qualidade



Instituto Português da Qualidade

METROLOGIA

Científica
Aplicada
Legal



NORMALIZAÇÃO
Organismo Nacional de Normalização

Organismos Setoriais
Comissões Técnicas
- NORMAS -

QUALIFICAÇÃO



Acreditação

Laboratórios
Organismos de Inspeção
Organismos de Certificação

Certificação

Organizações
Produtos
Pessoas

Entidades
certificadoras

Estrutura da Normalização em Portugal

Instituto Português da Qualidade



Organismos Europeus de Normalização



Organismos Internacionais de Normalização



440

É o número de Technical Committees europeus e internacionais em que as Comissões Técnicas portuguesas participam





VOTAÇÕES

Novas propostas

Revisão normas

Inquérito
(comentários)

Voto final

Voto para retirar
norma

8 000

É o número
de votações
que o IPQ faz
anualmente

Objetivo

Criar um espaço reflexivo e de troca de experiências para Presidentes e Secretários/as das Comissões Técnicas (CT) e Subcomissões técnicas (SC) de normalização e para coordenadores/as de Grupos de Trabalho (GT), que permita:

- consolidar conhecimentos ou tirar dúvidas, sobre as responsabilidades, atribuições e importância do seu papel na atividade de normalização;
- apresentar e partilhar boas práticas de gestão e dinamização da atividade das CT, SC e GT;
- ouvir testemunhos;
- identificar pistas para o futuro da normalização.

Destinatários

Presidentes e Secretários/as das Comissões Técnicas e Subcomissões;

Coordenadores/as de Grupos de Trabalho;

Elementos de Ligação dos Organismos de Normalização Setorial (ONS).



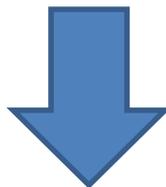
Tema 1

Presidentes, Secretários, Coordenadores: os guardiões dos princípios da normalização

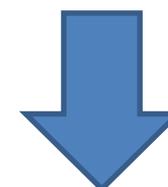
Comissões Técnicas de Normalização (CT)

«A espinha dorsal do trabalho de normalização»

Qualidade da Norma = Qualidade do trabalho da CT



Confere confiança
É utilizada pelo mercado



Operacionaliza
os princípios da normalização

*“As Normas conferem
confiança”*

**Maior credibilidade
face a normas privadas
existentes no mercado**

*“As Normas são a
linguagem comum do
mundo”*

Tema 1 - Presidentes, Secretários, Coordenadores: os guardiões dos princípios da normalização



Transparência

Abertura e
paridade

Desenvolvimento
sustentável

Imparcialidade e
consenso

Efetividade e
relevância

Coerência



Tema 1 - Presidentes, Secretários, Coordenadores: os guardiões dos princípios da normalização

ISO/IEC Guide 59 - ISO and IEC recommended practices for standardization by national bodies

World Trade Organization (WTO) Technical Barriers to Trade (TBT)

CEN-CENELEC Internal Regulations Part 1 – Organization and structure
Guide 22 – Guide on the organizational structure and processes for assessment of the membership criteria of CEN and CENELEC

Regulamento n.º 1025/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à normalização europeia

Transparência

Abertura e
paridade

Desenvolvimento
sustentável

Imparcialidade e
consenso

Efetividade e
relevância

Coerência



Tema 1 - Presidentes, Secretários, Coordenadores: os guardiões dos princípios da normalização

Os 6 Princípios da Normalização



Os princípios da normalização são os **princípios** pelos quais se rege a atividade de desenvolvimento das normas.

As comissões técnicas, os organismos setoriais e o organismo nacional, operacionalizam esses princípios, ao cumprirem as **regras e procedimentos**.

É muito importante que todas as pessoas envolvidas na atividade de normalização, **conheçam, percebam e saibam aplicar e transmitir** esses princípios.



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Transparência

A transparência garante que todos conhecem as regras do jogo.

Toda a informação sobre o processo de desenvolvimento de normas e a estrutura da normalização está publicamente acessível, para permitir que todas as partes interessadas possam participar no processo de normalização, se assim o desejarem.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Transparência

Instituto Português da Qualidade

Isto significa que há um conjunto de informação que deve estar publicamente acessível a qualquer cidadão, estar atualizada, ser disponibilizada em tempo útil.

IPQ

SPQ

Normalização

Metrologia

Temas Europeus
Licenciamento

Área de trabalho
(acesso reservado)

- ORGANISMO NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO +
- A IMPORTANCIA DA NORMALIZACAO +
- ATIVIDADE NORMATIVA NACIONAL +
- ENTIDADES PARCEIRAS - ONS +
- COMISSOES TECNICAS DE NORMALIZACAO +
- REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA A NORMALIZACAO PORTUGUESA +
- FERRAMENTAS DE APOIO CT E ONS +
- FERRAMENTAS DE APOIO ÀS EMPRESAS +
- MATERIAIS DIDÁTICOS +
- LISTA DE TC ISO E CEN SEM ACOMPANHAMENTO NACIONAL +

NORMALIZAÇÃO

As normas dão um enorme contributo em muitos aspetos das nossas vidas, embora muitas vezes, seja um contributo impercetível para o cidadão.

A vida seria muito difícil sem normas. O que aconteceria se, por exemplo, não existissem normas sobre produtos de construção, material elétrico ou sobre segurança de equipamentos? A título de exemplo sem dimensões normalizadas de contentores de carga, o comércio internacional seria mais lento e caro.

Habitualmente desconhecemos o papel desempenhado pelas normas no aumento dos níveis de qualidade, segurança,



Norma INTERST IPQ

eficiência, interoperabilidade, bem como no fornecimento de todos estes benefícios, com um

CONTACTOS | FAQ | QUESTIONAR | Sugestões | Reclamações

@ Serviços

- Catálogo IPQ de normas
- Consulta de Normas
- Correspondentes
- Venda de Publicações

Venda de Normas e Publicações

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO IPQ →

NORMAS EDITADAS →

NORMAS INQUÉRITO PÚBLICO →

NORMAS EM REEXAME →

PLANO NORMALIZAÇÃO →



[Website IPQ](#)

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Transparência

Comissão Técnica

Manter atualizados na plataforma Memento a informação sobre os membros das comissões técnicas

Informação que deve estar publicamente acessível a qualquer cidadão

1. Procedimentos e prazos da atividade de normalização
2. Composição das comissões técnicas e a sua ligação com os comités técnicos europeus e internacionais
3. Projetos de norma em inquérito público
4. Informação sobre as normas publicadas e anuladas

(continua)

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Transparência

Informação que deve estar publicamente acessível a qualquer cidadão



5. O programa de normalização de cada comissão técnica nacional, com a indicação de todas as normas que se propuseram fazer (intenções de normalização) e com a indicação

- do Título,
- do Objetivo e campo de aplicação;
- norma de base
- da fase em que se encontra cada projeto.

Comissão Técnica

Preencher a ficha de registo de documento normativo

Avaliar e atualizar anualmente o seu programa de normalização

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Transparência

Comissão Técnica

Importante garantir que todos os vogais tenham igual oportunidade de participar, apresentar contributos e fazer comentários.

Informação que deve ser disponibilizada aos membros das comissões técnicas

1. Documentos de trabalho e as decisões tomadas, no âmbito da comissão técnica e dos comités técnicos europeus e internacionais
2. Regras de funcionamento das comissões técnicas, códigos de conduta e outros documentos de apoio ao desenvolvimento do trabalho de normalização.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Abertura e paridade

A abertura garante uma representatividade adequada e uma participação equilibrada de todas as partes interessadas.

A participação nos processos de normalização está aberta de uma forma não discriminatória a todas as pessoas e organizações que são parte interessada na normalização. Todas as categorias de interesse devem estar representadas de forma paritária e em igualdade de direitos.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Abertura e paridade

Comissão Técnica

1. Ponderar o conjunto das partes interessadas relevantes, para cada projeto de norma.
2. Assegurar a entrada de membros em todas as fases do processo de desenvolvimento das normas.
3. A informação relativa às condições de participação nas comissões técnicas deve ser divulgada e estar disponível.
4. Não impor barreiras indevidas à participação das partes interessadas relevantes, nos procedimentos relativos às condições de participação nas comissões técnicas.

(continua)



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Abertura e paridade

Comissão Técnica

IPQ

5. Autorizar a participação, como observadores, de elementos de outros organismos nacionais de normalização ou de comissões técnicas nacionais.

(revisão das RPNP 030 – Figura Observador; e tipologia das relações entre CT)

6. Assegurar a notificação atempada das reuniões e disponibilizar atempadamente os documentos de trabalho.

7. Assegurar a representação adequada de partes interessadas nos órgãos de administração do organismo nacional de normalização.

Em Portugal essa representação faz-se através de um órgão consultivo - o Fórum da Qualidade.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável garante que as necessidades da sociedade na sua totalidade são integradas na normalização.
O envolvimento e a participação das partes interessadas menos representadas são incentivados, com vista a integrar no processo de normalização as expectativas e necessidades da sociedade na sua totalidade.



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Desenvolvimento sustentável

Comissão Técnica

1. Monitorizar a representatividade das comissões técnicas, no que diz respeito às categorias de partes interessadas relevantes

e, se necessário, incentivar a participação das partes interessadas sub-representadas.

Tabela das categorias de partes interessadas ISO/IEC Guide 59 e RPNP 030

2. Promover uma cultura de justiça e comportamento ético que não discrimine, nem prejudique, qualquer participante vogal com base em critérios étnicos, de género, políticos, religiosos ou condição física.

3. Melhor a acessibilidade à informação e disponibilizar os meios mais adequados de participação, às necessidades das partes interessadas sub-representadas.

(por exemplo, leitores de ecrãs para pessoas com incapacidade visual, documentos físicos quando não existem meios tecnológicos...)

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Desenvolvimento sustentável

Comissão Técnica

ONS

IPQ/ONN

4. Capacidade para alcançar uma **Posição nacional**, que reflita o **consenso** de todas as partes interessadas nacionais, nos processos de elaboração das normas nacionais, europeias e internacionais.

5. Realizar atividades de sensibilização e divulgação da normalização, em especial para as partes interessadas sub-representadas.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Imparcialidade e consenso

A imparcialidade e consenso garantem a existência de uma plataforma neutral para o desenvolvimento das normas.

Os organismos de normalização possuem um processo consolidado para alcançar o consenso e regras bem definidas de votação, para garantir o equilíbrio de interesses e inibir o favorecimento de interesses particulares.



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Imparcialidade e consenso

IPQ/ONN

1. O Organismo Nacional de Normalização deve garantir a **neutralidade e a independência** dos seus órgãos de administração e dos seus recursos humanos em relação a interesses públicos ou privados específicos

(Independência legal; Independência em relação a quem financia a atividade).

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Imparcialidade e consenso

IPQ/ONN

ONS

Comissão Técnica

2. O **sistema de normalização** nacional deve ter uma estrutura, bem como processos e procedimentos implementados, que garantam a sua **imparcialidade e independência**.

Para isso a comissão técnica deve assegurar:

- a) o **equilíbrio de interesses** representados nas comissões técnicas, entre o público e privado e entre os interesses económicos e os interesses sociais e ambientais;
- b) que todas as partes interessadas têm **os mesmos direitos** para expressarem as suas opiniões;
- c) que **todos os contributos são efetivamente considerados**, sem favorecer nem ignorar nenhum deles;
- d) a existência de um **mecanismo de apelo**.



Como se concretizam os Princípios da Normalização

**Imparcialidade
e consenso**

Comissão Técnica

IPQ/ONN

3. Promover o **trabalho colaborativo** no decorrer do processo de normalização; trabalhar para alcançar o **consenso**; ter em conta todos os pontos de vista e **tentar aproximar opiniões divergentes**.

4. A isenção, a imparcialidade e a independência, fazem parte do **código de conduta dos presidentes e secretários** das comissões técnicas.

Presidentes e secretários têm um papel fundamental no processo de busca de consenso e em assegurar a imparcialidade da comissão técnica.

Devem por isso ser **auxiliados e capacitados** pelo organismo nacional nesse sentido.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Efetividade e relevância

Efetividade = capacidade de produzir e manter um efeito (diferente de eficiência ou eficácia)

A efetividade e relevância garantem que as normas vão produzir e manter o impacto desejado na sociedade e na economia.

As normas são desenvolvidas para responder a necessidades efetivas do mercado e de regulamentação. Têm em conta os avanços científicos, tecnológicos e sociais sendo revistas de forma periódica e sistemática, para que produzam e mantenham os efeitos desejados.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Efetividade
e relevância

Comissão Técnica

1. Tomar em consideração todas as propostas de desenvolvimento de novas normas, ou de revisão de normas, apresentadas pelas **partes interessadas que possam ser afetadas diretamente** pela implementação da norma, quer participem ou não na comissão técnica.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Efetividade
e relevância

Comissão Técnica

ONS

IPQ/ONN

2. Desenvolver normas que produzam os seguintes efeitos:
 - a. sustentem a **concorrência leal**, mercados abertos e justos, a livre circulação de produtos, de serviços e de soluções inovadoras;
 - b. sustentem a **inovação e o desenvolvimento tecnológico** e tenham em consideração os seus efeitos no meio **ambiente**;
 - c. estejam em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**) – Agenda 2030 ONU;
 - d. sejam elaboradas para ser aplicadas em **benefício de todos os utilizadores**.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Efetividade
e relevância

Comissão Técnica

Abordagem
gestão projetos

3. Implementar os seguintes procedimentos:

- a) Fazer a **avaliação periódica** das normas e rever oportunamente as que se tornaram obsoletas, inapropriadas ou ineficientes, assegurando assim a atualidade das mesmas;
- b) Concluir a norma conforme **planeado, dentro dos prazos** e garantir que as partes envolvidas estão preparadas para **suportar os custos associados**;
- c) política de utilização de **patentes**, isenta de royalties, para os casos em que é tecnicamente justificável;



Como se concretizam os Princípios da Normalização

**Efetividade
e relevância**

IPQ/ONN

4. **Assegurar que as normas estão disponíveis para os utilizadores**, através de uma política transparente de vendas e de acesso às publicações;
5. **Assegurar a utilização, pelo público, de versões atuais e de versões históricas**, principalmente de normas de base que podem ter impacto noutras normas, desde que o estatuto das versões históricas (anulada, substituída) esteja bem identificado.

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Coerência

A coerência garante a consistência e a clareza do sistema para os utilizadores das normas.

Os organismos e as organizações de normalização trabalham em colaboração e de forma coordenada para evitarem a duplicação e a sobreposição de normas, para que estas sejam mutuamente consistentes e livres de contradições.



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Coerência

Comissão Técnica

ONS

IPQ/ONN

1. Deve existir coordenação e colaboração voluntária no desenvolvimento das atividades de normalização:

- a) entre as organizações regionais e internacionais (CEN-ISO Viena Agreement e CENELEC-IEC Frankfurt Agreement);
- a) entre a área geral e a área eletrotécnica (ISO/IEC) (CEN/CENELEC);
- b) entre os diferentes organismos nacionais de normalização; (acordos)
- c) **dentro de cada país ou região;** (normas e legislação)
- d) **dentro da estrutura técnica de cada organismo nacional de normalização.**
(Entre comissões técnicas, nas áreas de interface, evitando sobreposições de âmbito e de acompanhamento dos TC)



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Coerência

2. Devem ser implementados os seguintes procedimentos:

- a) disponibilizar publicamente, tão cedo quanto possível o programa de normalização de cada comissão técnica; IPQ/ONN
- b) realizar um estudo completo no início de cada novo projeto, para compreender onde existe complementaridade, sobreposição ou duplicação com outros projetos ou normas editadas e qual a sua relação com a legislação nacional; Comissão Técnica
- c) incentivar a participação das entidades públicas relevantes; ONS

(Continua)



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Coerência

2. Devem ser implementados os seguintes procedimentos:

- d) delimitar claramente o objetivo e campo de aplicação de cada norma, para refletir o princípio de «1 norma; 1 assunto»;
- e) estabelecer claramente o âmbito de cada comissão técnica assegurando que não existem sobreposições;
- f) identificar áreas de interface e de complementaridade entre comissões técnicas e estabelecer metodologias de trabalho conjunto e coordenado;
- g) observar o princípio de «Delegação Nacional» no desenvolvimento do trabalho europeu e internacional, garantindo a coerência na tomada de decisão nacional.

Comissão Técnica

ONS

IPQ/ONN

Como se concretizam os Princípios da Normalização

Coerência

3. Especificamente no âmbito da normalização europeia, os organismos nacionais têm que cumprir as seguintes obrigações essenciais:

IPQ/ONN

a) atribuir às normas europeias o estatuto de normas nacionais;

b) anular qualquer norma nacional divergente;

Comissão Técnica

c) notificar os novos itens de trabalho nacionais às organizações europeias;

ONS

d) suspender qualquer trabalho nacional, em áreas em que foi decidido trabalhar a nível europeu (Standstill).



Como se concretizam os Princípios da Normalização

Regras e Procedimentos para a Normalização Portuguesa (RPNP)

Documentos que estabelecem as regras e os procedimentos da atividade de normalização em Portugal e que enquadram toda a atividade das Comissões Técnicas nacionais.



[Website IPQ](http://www.ipq.pt)

RPNP 010 - Organismos de Normalização Setorial – Processo de qualificação e atribuições

RPNP 030 - Comissões Técnicas de Normalização – Constituição, reconhecimento e funcionamento (*em revisão*)

RPNP 040 - Documentos Normativos Portugueses (DNP) – Tipologia, homologação, aprovação, revisão e anulação (*em revisão*)

RPNP 041 - Documentos Normativos Portugueses (DNP) – Princípios e regras gerais para a estrutura e redação

Atribuições das comissões técnicas e responsabilidades de presidentes e secretários para a concretização dos princípios da normalização

1. Monitorizar permanentemente a representatividade das comissões técnicas.
2. Manter atualizado o registo dos membros da CT na plataforma Memento do IPQ
3. Manter atualizado o Programa de Normalização da CT
4. Fazer estudos prévios
5. Promover a avaliação periódica das normas
6. Delimitar bem o objetivo e campo de aplicação das normas
7. Assegurar a isenção e imparcialidade de quem dinamiza o trabalho.
8. Trabalhar de modo planeado e eficiente



Necessidade de adaptarmos a atividade de normalização às exigências da economia atual e aos desafios do desenvolvimento sustentável:

a) Agilizar o processo de desenvolvimento das normas sem por em causa os princípios da normalização:

- ✓ processos mais céleres e flexíveis;
- ✓ maior e melhor articulação entre CT;
- ✓ utilizar os meios tecnológicos disponíveis com maior eficiência;
- ✓ aplicar a abordagem da gestão de projetos; e nesse sentido,
- ✓ capacitar secretários e presidentes para a função de gestor de projetos e ajuda-los a desenvolver competências sociais e relacionais necessárias à liderança das equipas.

b) Áreas de normalização emergentes (digitalização; economia circular; responsabilidade ambiental e social...)



Cláudia Rodrigues

ONS/APEE

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL



Associação Portuguesa de Ética Empresarial

CT 164 - Responsabilidade social

CT 165 - Ética nas organizações

CT 179 - Organizações familiarmente responsáveis